

Descaso com a Reforma Agrária e Repressão Contra os Movimentos Sociais: representações do MST sobre Collor (1990- 1992).

*Disregard to Land Reform and Repression Against Social Movements:
MST representations of Collor (1990-1992).*

Fabiano Coelho¹

RESUMO



O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), ao longo de suas três décadas de existência se constituiu como um dos movimentos sociais mais expressivos da história do Brasil, tanto por sua longevidade, quanto pelo alcance de suas mobilizações e atuação no cenário político brasileiro. Por suas concepções e posições políticas, o Movimento sempre se declarou oposição aos presidentes brasileiros, exceto, em relação ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Nesse sentido, o artigo analisa as representações do MST sobre o presidente Fernando Collor de Mello, por meio do seu periódico, o *Jornal Sem Terra*, no período em que ocupou a presidência da República (1990-1992). Por uma escolha metodológica as análises concentram-se nos editoriais do periódico, por serem espaços exclusivos da Direção Nacional, que o utiliza para falar em nome do Movimento. A ideia de representação, a partir das contribuições do historiador Roger Chartier, foi significativa para as reflexões do artigo. Ao longo do texto, evidencia-se que Collor foi representado como inimigo dos trabalhadores e da reforma agrária, bem como um presidente autoritário.

Palavras-chave: MST. Collor. Jornal Sem Terra. Representações. Brasil.

ABSTRACT



The Movement of Landless Rural Workers (MST), over its three decades of existence has been established as one of the most significant social movements in Brazil's history, both for its longevity, as for the reach of its mobilizations and performance in the Brazilian political scenario. From its points of view and political positions, the Movement always stated opposition to Brazilian presidents, except in relation to President Luiz Inácio Lula da Silva. In this sense, the article analyzes the representations of MST concerning President Fernando Collor de Mello, through its journal, the *Jornal Sem Terra*, during the

¹ Universidade Federal da Grande Dourados-UFGD- e-mail: fabianocoelhofgd@gmail.com

period in which he held the presidency (1990-1992). Because methodology the analysis focused in editorial of the newspaper, as they are reserved spaces of National Direction, that used to speak for the Movement. It was used the idea of representation from Roger Chartier, very important for this reflections of the article. Throughout the text, it gets clear that Collor was represented as an enemy of the workers and agrarian reform as well as an authoritarian president.

Keyword: MST. Collor. *Jornal Sem Terra*. Representations. Brazil.

O número de pesquisas relacionadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) cresceu consideravelmente, especialmente, nas duas últimas décadas. Estudiosos dos mais variados campos do saber se debruçam para compreender as diversas relações que envolvem a consolidação do Movimento no Brasil e chamam a atenção para os ideais políticos, econômicos, sociais e culturais desse Movimento. Sandra Jatahy Pesavento, por exemplo, destaca a riqueza simbólica e a capacidade de mobilização política construídas pelo MST em suas trajetórias de lutas. Em relação aos movimentos sociais como campo de investigação histórica, diz que “estes correspondem a uma espécie de laboratórios, ao vivo, de construção e aplicabilidade das representações sociais que se apresentam aos olhos do historiador” (PESAVENTO, 2004, p. 94).

Há uma quantidade significativa de pesquisas sobre o MST, principalmente, nos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, nas mais diversas áreas do conhecimento. A heterogeneidade das análises enriquece e auxilia o entendimento da luta pela terra e das ações Movimento, assim como as particularidades regionais de sua organização². Estudar o MST desvela-se em compreender os caminhos e descaminhos do seu devir. Nesse sentido, o artigo tem uma abordagem considerável para a historiografia e pesquisas relacionadas ao MST, pois trata de uma temática ainda não muito explorada. Isto é, como o Movimento vê e representa um presidente do país, no caso específico, Collor.

No cenário político brasileiro, um dos presidentes mais hostilizado pelo MST foi Fernando Affonso Collor de Mello, o Collor. Nessa perspectiva, o artigo analisa as representações construídas pelo MST sobre Collor, entre os anos de 1990 e 1992. A fonte privilegiada de investigação foi o *Jornal Sem Terra*³; e por uma escolha metodológica as análises concentram-se nos editoriais do periódico. A opção em pautar as reflexões nos editoriais se justifica porque esse espaço é exclusivo da Direção Nacional⁴, que o utiliza para

² Sobre a historicidade, organização e desenvolvimento do MST, destacam-se os seguintes autores/as: Bernardo Mançano Fernandes (1998, 2000, 2008, 2010), Miguel Carter (2010), Maria Celma Borges (2004), Claudinei Coletti (2005), Debora Franco Lerrer (2008), José de Souza Martins (1997, 2000, 2011), Êmerson Neves da Silva (2004), Cristiani Bereta da Silva (2004).

³ Como subsídio teórico e metodológico para análise do *Jornal Sem Terra*, utilizou-se as contribuições dos seguintes autores/as: Ana Luiza Martins (2001, 2003), Ana Luiza Martins e Tânia Regina de Luca (2006, 2008), Tânia Regina de Luca (1999, 2005), Maria Helena R. Capelato (1980, 1988), Bernardo Kucinski (1991), e Karina Janz Woitowicz (2009).

⁴ A Direção Nacional é composta por lideranças dos diversos estados em que o Movimento se faz presente e atuante. Sobre a estrutura organizacional do MST, ver: Fernandes (2010).

falar em nome do MST. Por meio dos editoriais, a Direção Nacional do Movimento se posiciona e expressa representações sobre diversos assuntos, os quais, sua maioria, são direcionadas às políticas voltadas ao campo.

Na edificação do artigo também foram utilizadas duas imagens. A imagem nº 1 se refere a capa do *Jornal Sem Terra*, de março de 1990, em que representava a política do presidente Collor como “demagogia e arrocho”. A segunda imagem se trata de uma charge publicada na edição de outubro/novembro de 1991, do *Jornal Sem Terra*, que faz alusão às práticas repressivas do governo Collor contra os movimentos sociais do campo. Ambas as imagens foram analisadas enquanto “evidências históricas” (BURKE, 2004, p. 11), fragmentos do passado. As imagens, como uma construção efetuada por alguém, ou por algum grupo, visam a representar o mundo, ou a criar representações sobre o mundo. Toda imagem é histórica, assim, para o historiador, o estudo das imagens é o estudo da historicidade destas imagens⁵.

Em relação ao *Jornal Sem Terra*, o mesmo nasceu em 1981, em formato de boletim, com o nome de *Boletim Sem Terra*⁶, e sua historicidade está intrinsecamente ligada à própria organização e desenvolvimento do MST. Ao longo do tempo, o periódico se transformou em um instrumento político relevante para o Movimento, haja vista que, a organização do MST o utilizou para construir representações sobre diversas questões que envolveram suas lutas.

Ao trabalhar com a ideia de “representação”, destaca-se que as contribuições teóricas e metodológicas do historiador Roger Chartier (1990, 2002) foram basilares para as reflexões. As representações são construções sociais das experiências históricas, em que os sujeitos fundamentam suas visões de mundo a partir de seus interesses e de seu grupo. As representações visam construir o mundo social, sendo elas matrizes dos discursos e das práticas dos grupos. Deste modo, compreender as representações dos grupos é compreender como o mundo dos mesmos é socialmente construído. Para a Direção Nacional do MST, o *Jornal Sem Terra* se tornou um importante instrumento nas “lutas por e de representações” no “campo político” brasileiro (BOURDIEU, 2006; CHARTIER, 1990, 2002).

No início dos anos de 1990, Collor, então presidente eleito, alçou voo para o Palácio do Planalto, em Brasília. Para o MST, a vitória de Collor significou um período muito tenso e conflituoso. Collor era visto pelo Movimento como se fosse o representante da “burguesia”⁷ nacional, não comprometido com os trabalhadores. Aliás, a eleição de 1989, em especial no

⁵ Autores como Boris Kossoy (2001), Ana Maria Mauad (1996), Maria Ciavatta (2002), e Alberto Manguel (2001) foram relevantes para compreender questões teórico-metodológicas que envolvem o estudo de imagens, consequentemente, da charge analisada.

⁶ Sobre a produção e historicidade do *Jornal Sem Terra* na organização do MST, ver os trabalhos de Mestrado e Doutorado de Fernando de Perli (2002, 2007) e a Tese de Doutorado de Antonio Alves Bezerra (2011).

⁷ No MST, o termo “burguesia” é utilizado costumeiramente entre os seus integrantes para se referir aos grupos dominantes. Isto é, as elites brasileiras.

segundo turno, com a disputa entre Collor e Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), foi entendida pelo MST como o enfrentamento entre “trabalhadores *versus* burguesia”.

No editorial da edição de novembro de 1989, em pleno fervor das eleições presidenciais, o MST traçava o perfil de Collor: “é representante direto da burguesia, de continuísmo desse governo, dos interesses dos grandes latifundiários e usineiros”. Sobre Lula, dizia: “é representante da classe trabalhadora, foi o único candidato que assumiu o compromisso de fazer uma verdadeira reforma agrária em nosso país”. Observa-se a visão dicotômica do MST frente aos dois candidatos, como se eles fossem opostos, nada parecidos, quase a representação do “joio e trigo” da política. Ainda sobre Collor, o MST elencava que era um candidato “fabricado pela burguesia”, um “produto antigo” que trocaram a embalagem e venderam como “novo” (Os trabalhadores enfrentam a burguesia. *Jornal Sem Terra*, ano IX, n. 89, p. 3, nov. 1989). Enfim, um velho oportunista, disfarçado com uma nova roupagem.

Os preceitos ideológicos marxistas de se pensar a sociedade a partir das “classes”, ou mais especificamente, a partir da relação “trabalhadores x burguesia”, permeavam as representações do MST face ao jogo político e a seus personagens no cenário brasileiro⁸. Para o MST, representar Collor era se colocar enquanto “distinto”, ou seja, ao lado dos trabalhadores e contra o que o Movimento chamava de “burgueses”. Nessa direção, ao se distinguir, também representava o “outro”, a partir de sua forma de ver e conceber o mundo. O enfrentamento e a luta organizada se tornavam cruciais para a conquista da reforma agrária e para a transformação da sociedade almejada pelo Movimento.

Anteriormente à presidência da República, Collor havia sido prefeito de Maceió/AL (1979-1982), deputado federal (1982-1986), e governador de Alagoas (1987-1989). Ele pertencia a uma família que possuía vínculos estreitos com a política. Seu pai, Arnon Afonso de Farias Melo, foi deputado federal (1950), governador de Alagoas (1951-1956), e senador em 1962, 1970 e 1978. Lindolfo Collor, seu avô materno, havia sido deputado federal pelo estado do Rio Grande do Sul nos anos de 1923 e 1927. Collor foi o presidente mais jovem da história do Brasil, na época em que assumiu o cargo tinha 40 anos de idade. No que tange à sua filiação em partidos, antes de ser presidente, sua trajetória esteve ligada a partidos conservadores, como: Arena (Aliança Renovadora Nacional), PDS (Partido Democrático Social), PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), e PRN (Partido da Reconstrução Nacional). No estado de Alagoas, Collor e sua família tinham influências políticas significativas e controlavam grande parte dos meios de comunicação.

Ao findar das eleições de 1989, com a derrota de Lula, através do *Jornal Sem Terra*, o Movimento buscou animar seus integrantes, como se as eleições fossem um grande aprendizado para sua organização. Apesar da derrota de Lula, o MST via positivamente a expressiva votação que seu candidato recebera. Sobre a reforma agrária, salientava que o

⁸ Sobre as inspirações ideológicas do MST, ver: Corazza (2003) 207, Coelho (2014), Feix (2010), Coletti (2005).

novo presidente “assumiu o discurso dos latifundiários” e que em seu governo, previa-se que o tratamento à questão agrária seria o da “repressão” (Só a luta trará conquistas. *Jornal Sem Terra*, ano IX, n. 90, p. 3, dez. 1989). Para o MST, a denominada “burguesia” (banqueiros, empresas multinacionais, industriais, latifundiários, e outras forças conservadoras) tinha planos com a eleição de Collor:

Será a aplicação das fórmulas do FMI. Teremos uma enorme recessão. Serão privatizadas diversas empresas estatais. Continuaremos enviando os bilhões de dólares em pagamento aos juros da dívida externa. Os salários serão arrojados. As condições de vida da classe trabalhadora continuarão piorando. E as forças de mercado, segundo eles é que devem regular a economia, ou seja, salvem-se quem puder. (Os planos da burguesia com Collor. *Jornal Sem Terra*, ano IX, n. 90, p. 4, dez. 1989).

Antes mesmo da posse de Collor, o Movimento orientou seus integrantes sobre a necessidade de “combater os planos do governo Collor”, pois este iria governar para os “ricos e exploradores”. No plano político, o MST previa que Collor iria manter uma tática de “pau e prosa” (Os planos da burguesia com Collor. *Jornal Sem Terra*, ano IX, n. 90, p. 4, dez. 1989), isto é, repressora. Sua vitória foi considerada “imoral”, “corrupta” e “antidemocrática” por ele utilizar a máquina pública dos estados no período de campanha eleitoral e os meios de comunicação para se construir enquanto uma figura “defensora dos pobres”, e representando Lula enquanto um elegível não confiável. (Collor levou mas não ganhou. *Jornal Sem Terra*, ano IX, n. 90, p. 12-13, dez. 1989).

Sobre a eleição de Collor, algo peculiar marca esse processo, é o fato de ele ter se lançado/apresentado como um “herói”, “salvador”, “combatente destemido da corrupção e dos assim chamados ‘marajás’ – servidores públicos privilegiados com altos salários” (FAUSTO, 2012, p. 473). A esses predicados, foi acrescentado um toque de “popular” ao seu figurino. A construção de sua imagem se pautava na representação de um presidente “moderno”, pronto para alçar o país a um patamar mais elevado.

Conforme Tarcísio Costa, Collor fez da política um “espetáculo”, um teatro da vida pública. “A estridência no ataque aos ‘marajás’ e o discurso de satanização dos políticos eram indicativos claros do gosto do futuro presidente pela política-espetáculo, pela teatralização da vida pública, que se acentuou nos dois primeiros anos de mandato”. Ao dramatizar a política, Collor “diluiu as fronteiras entre o público e o privado”. “No topo da máquina do Estado estaria um jovem executivo, soberano para dispor sobre os recursos públicos como se

inscritos em seu patrimônio pessoal” (COSTA, 2000, p. 260-261). Ou seja, Collor fez do Estado o quintal da sua casa. Nesse processo, investiu na construção de sua imagem como um presidente novo, forte e vigoroso.

Ao pensar a política nos anos de 1990, Renato Janine Ribeiro pondera que Collor transformou a política em espetáculo ao “teatralizar o político”. Ao fazer uso da publicidade para criar sua imagem de “superpresidente”, Collor incorporou sua animalidade, em que o físico resolveria o político, o econômico e o social do país. No início do mandato, quando a cada domingo se exibia em um esporte novo, buscava passar “uma impressão de eficiência, força e juventude, dando à opinião pública a noção de que pela força do corpo e da vontade o presidente venceria os problemas do Brasil, da inflação ao subdesenvolvimento” (RIBEIRO, 2004, p. 34). Transformando a política em espetáculo, não se tinha comprometimento com o bem comum. O que importava era a propagação de sua figura política, enquanto a população se limitava a ser expectadora.

Na ascensão à Presidência da República, não se pode esquecer da estratégica utilização da imagem de Collor pela mídia. Durante a campanha eleitoral, o MST atentou-se para isso e publicou diversas matérias em seu jornal em tom de denúncia às práticas de Collor nas mídias. Na concepção do MST, Collor se utilizou de muitas mentiras, em especial, na televisão, para “influenciar o eleitorado ignorante”. Assim, a TV Globo teria “produzido Collor” (Collor levou mas não ganhou. *Jornal Sem Terra*, ano IX, n. 90, p. 12-13, dez. 1989). O “eleitorado ignorante”, para o Movimento, eram as pessoas que não analisavam os discursos de Collor nas mídias, deixando-se enganar por sua retórica e imagem bem elaborada.

Nesse sentido, nas eleições de 1989, as mídias, sobretudo, a TV, contribuíram sobremaneira para direcionar o voto dos eleitores. O candidato Collor soube utilizar eficazmente a sua imagem enquanto afirmação do exercício político. Esse recurso não foi usado de forma casual, pois o presidenciável tinha afinidades com os aparelhos midiáticos. O conglomerado de comunicação “Organizações Arnon de Mello”, em Alagoas, pertencia à sua família, e a mídia de uma forma em geral recebeu sua candidatura com simpatia.

Oriundo do meio midiático, Collor era pontual e estratégico em suas ações. Para Stella Senra, Collor utilizava “um planejamento detalhado a ponto de abranger seus gestos (o V da vitória), seu discurso (minha gente), as suas cores (da bandeira nacional) e a música de seus comícios”. A campanha de Collor não foi baseada em um programa de governo, mas sim em temas específicos de acordo com pesquisas de opinião e estudos de *marketing*. Em relação aos eleitores, o discurso que Collor propagava era de fácil assimilação. Na luta contra os marajás, “tinha que contar com a solidariedade dos ‘descamisados’, uma categoria social tão imprecisamente indefinida a ponto de abranger (e não de excluir, como fazia a figura marajá) o maior número possível de eleitores” (SENRA, 2001, p. 48). Contra os marajás, a maior parte dos brasileiros elegeu Collor.

Senra também analisou a importância das imagens para a eleição de Collor – nelas, ele se desprendia da política tradicional do estado de Alagoas e se lançava como um homem moderno, jovem, atlético (amigo dos *jet-skis*, futebol, tênis, motos e supersônicos), em prol dos descamisados. “Quando Collor se apresentava sozinho, um computador ao fundo testemunhava novamente o aspecto ‘moderno’ e ‘dinâmico’ do candidato, familiarizado com as tecnologias de ponta e com a velocidade” (SENRA, 2001, p. 48-51). Já o candidato da oposição, Lula, em 1989, era construído sob a égide do arcaico.

O MST se tornou um opositor ferrenho do governo de Collor. Essa questão é desvelada nas edições do *Jornal Sem Terra*, até o momento em que houve o impedimento de Collor, em setembro de 1992. A figura do presidente foi vista e associada a tudo que existia de “mais reacionário na sociedade brasileira”. O interessante, logo no início de seu mandato, é que o Movimento associava Collor à Ditadura Civil-Militar⁹. Logo, o presidente representava o continuísmo: “O regime mudou de cara, mas não mudou o seu conteúdo, nem os seus objetivos”¹⁰. Os objetivos do continuísmo, representados em Collor, perpassavam a não efetivação da reforma agrária, a oposição aos trabalhadores e a manutenção do *status quo* na sociedade.

Nos primeiros dezoito meses de mandato, além das representações que indicavam que o presidente era a continuidade da Ditadura Civil-Militar, contrário à reforma agrária e aos trabalhadores, o MST investiu em deslegitimar Collor e as ações de seu governo. Seu governo era acusado de ser fisiológico, sem unidade e servindo aos interesses das elites: “A equipe do governo montada por Collor não tem unidade política. Representa um ajuntamento de pessoas para atender a interesses de setores da burguesia que apoiaram a sua campanha para presidente” (Organizar e Mobilizar pra Resistir. *Jornal Sem Terra*, ano IX, n. 92, p. 3, mar. 1990). Assim, o MST visualizava as políticas de Collor como “demagogia e arrocho” (Plano Collor: demagogia e arrocho. *Jornal Sem Terra*, ano IX, n. 92, p. 1, Mar. 1990). Por trás da imagem construída de “superpresidente”, havia um gestor de um governo “fraco e confuso” (ROSSETO, Neuri. Os 100 dias de governo. *Jornal Sem Terra*, ano IX, n. 94, p. 4, jun. 1990).

Na capa da edição de março de 1990, em destaque, com letras garrafais, era estampada a manchete: “Plano Collor: demagogia e arrocho”. Logo abaixo, um breve texto: “O Governo Collor não tem um programa de reforma agrária. A pretexto de recuperar a economia, edita um plano que provocará desemprego e recessão. Distanciado da sociedade organizada, adota uma postura autoritária. Essa situação acirrará o enfrentamento de classe”.

⁹ A utilização do termo “Ditadura Civil-Militar” baseia-se nos estudos que analisam o Regime Militar a partir do apoio e participação de setores influentes da sociedade brasileira, o que sugere a ampla participação de segmentos da população no golpe de Estado de 1964 e na trajetória da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido político criado em 1965 para apoiar os militares, que abrigou e articulou lideranças civis para dar sustentação ao regime político. (FERREIRA; REIS, 2007).

¹⁰ Todos ao II Congresso Nacional. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, ano IX, n. 91, p. 3, jan./fev. 1990.

Imagem 1 - Plano Collor: demagogia e arrocho.



Fonte: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, mar. 1990. p. 1.

Em 1990, o *Jornal Sem Terra* tinha nove anos de existência, e a capa do jornal evidenciava avanços em sua editoração/diagramação, com a inserção de imagem e utilização de outra cor na impressão, no caso, a vermelha. No texto a seguir da manchete, além de se destacar que o governo Collor não tinha um “programa de reforma agrária” e adotava uma “postura autoritária” face aos grupos organizados, o MST evidencia sua concepção ideológica do “enfrentamento de classe”. Essa perspectiva estava ancorada nas ideias marxistas de que as contradições sociais e a hegemonia de um grupo sobre outro acirrariam disputas entre classes sociais. Na visão do MST, a partir das contradições sociais e econômicas geradas pelo capitalismo, o “enfrentamento de classes” se tornaria inevitável. Os trabalhadores urbanos e rurais deveriam se organizar e lutar contra os privilégios das elites.

A “demagogia” estava no fato de Collor mentir para a sociedade: falava uma coisa, mas suas práticas eram outras. O “arrocho” era em relação ao desastroso Plano Collor, que se caracterizava em um programa de estabilização monetária com uma medida drástica: o bloqueio de todos os ativos financeiros existentes no país acima de 50 mil cruzeiros novos, o chamado “confisco”, ou “sequestro das poupanças”. Essa medida de Collor foi conduzida pela Ministra da Fazenda, Zélia Cardoso de Mello, e visava a conter a inflação que chegava a 80% ao mês, com perspectivas de subir ainda mais. O confisco das poupanças durou dezoito meses e, embora com os valores reajustados, os investimentos perderam valor nesse período. Conforme Costa, o Plano Collor revelou o “desapreço” do presidente com a gestão econômica (COSTA, 2000, p. 262). Ao ser lançado rapidamente, sem consulta e debate com lideranças empresariais, sindicais e com a sociedade, o plano traumatizou a população brasileira e, de certa forma, fracassou, pois ao final de 1990 a inflação retomava seu crescimento.

A cada edição do *Jornal Sem Terra*, o MST acompanhava as medidas do presidente Collor, quase sempre na perspectiva de que ele e seu governo eram “fracassados”(Fazer uma ofensiva massiva e radical. *Jornal Sem Terra*, ano IX, n. 94, p. 3, jun. 1990), “confusos, ineficientes e prepotentes” (ROSSETO, Neuri. Os 100 dias de governo. *Jornal Sem Terra*, ano IX, n. 94, p. 4, jun. 1990), “omisso” (Continuar na ofensiva. *Jornal Sem Terra*, ano IX, n. 95, p. 2, jul./ago. 1990), “cínicos” (Muitos desafios para 1991. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, ano IX, n. 99, p. 2, dez. 1990), “incapazes” (Governo incapaz. *Jornal Sem Terra*, ano X, n. 106, p. 2, ago. 1991), dentre outros predicativos. Collor e seu “governo colorido”, conforme o Movimento enfatizava ironicamente nas edições do *Jornal Sem Terra*, eram sinônimos de crise. Desta maneira, deveria ser “combatido” (Combater o governo Collor. *Jornal Sem Terra*, ano IX, n. 97, p. 2, out. 1990). Esse combate era mediado pela denúncia, enfrentamento, resistência e avanço nas lutas. Isto é, os trabalhadores, mesmo isolados do cenário político, deveriam avançar, organizando acampamentos e atos públicos, além de produzir nos assentamentos, dando resposta à sociedade de que a reforma agrária era necessária, viável e relevante para a sociedade brasileira.

Muitas representações do MST também atentavam para o fato de Collor ser “incompetente” no que diz respeito às suas alianças políticas, uma vez que ele estava isolado politicamente. Essa foi uma característica de Collor como presidente: o personalismo prevaleceu em sua forma de governar. Na interpretação de Costa, Collor desenvolveu o que chama de “populismo de mercado” (COSTA, 2000, p. 261-262). Neste, conservaria o interesse do governante em personalizar o poder, legitimando seus atos numa relação direta com o povo. Mas, buscou anular o papel do Estado, considerado intervencionista, cartorial e parasitário. Collor não criou instâncias de interlocução com a sociedade, com os movimentos sociais e partidos políticos.

Por esse viés, suas ações mesclaram aventuras políticas e rupturas com o modelo de desenvolvimento que, com modificações, se mantinha desde os anos 1940-1950. No cerne das rupturas, está a ênfase na abertura comercial e nas privatizações de empresas estatais, o que foi muito criticado pelo MST. No editorial de setembro de 1990, intitulado “Situação Social Explosiva” (*Jornal Sem Terra*, ano IX, n. 96, p. 2, set. 1990), o Movimento explicitava de forma incisiva suas críticas quanto à abertura do mercado aos capitais internacionais e à política de privatizações de empresas estatais.

O governo acha que é abrindo o mercado interno para os produtos estrangeiros, vendendo as empresas estatais para o capital internacional e sufocando as empresas nacionais que estaria modernizando o país.

A única intensão da política neoliberal é a de sucatear nossas empresas estatais. Usando o pretexto de que elas dão prejuízo se faz campanha para justificar sua venda, a preços insignificantes, aos grandes grupos econômicos.

Sublinha-se que, no governo Collor, iniciou-se com mais afinco a implantação do modelo neoliberal no Brasil, esvaziando cada vez mais o Estado no processo de desenvolvimento do país¹¹. Para o presidente Collor, modernizar o país estava pautado na abertura do mercado ao capital estrangeiro.

E a reforma agrária nesse contexto? Como ela foi tratada pelo presidente Collor? Na visão do MST, como se deu esse processo? Em relação à reforma agrária, em suas campanhas eleitorais, Collor fez promessa de que assentaria 500 mil famílias em todo o país. Quando sofreu o *impeachment*, em seu terceiro ano na presidência, havia assentado 28.119 famílias¹². Esses dados revelam que a reforma agrária não era visualizada por Collor como relevante para o desenvolvimento do Brasil.

As lideranças do MST, por meio dos editoriais do *Jornal Sem Terra*, não esboçavam nenhum discurso no sentido de que Collor levaria a reforma agrária como prioridade. Pelo contrário, o presidente era representado como sinônimo de “descaso” e “omissão” com a reforma agrária. Ao fazer uma análise de conjuntura política, Maria de Fátima Ribeiro, da Direção Nacional do MST, elencou que os militantes do MST precisavam “desmascarar” Collor, pois sua política de reforma agrária era “das piores possíveis” (Responder de forma

¹¹ Sobre o neoliberalismo no Brasil, ver: Holanda (2004) e Anderson (1995, p. 9-23).

¹² DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, 2011. Disponível em: www.fct.unesp.br/nera.

organizada. *Jornal Sem Terra*, ano IX, n. 97, p. 4, out. 1990). Assim, para o Movimento não havia perspectiva de reforma agrária com Collor na presidência, pois na questão agrária o presidente revelou “sua maior incompetência e falta de vontade política” (Reforma Agrária vira caso de polícia. *Jornal Sem Terra*, ano X, n. 105, p. 2, jul. 1991). O balanço geral do MST sobre Collor e a reforma agrária foi muito negativo, ao ponto de desconsiderar os assentamentos que seu governo havia criado.

Entre os estudiosos da reforma agrária, há certo consenso de que Collor deixou muito a desejar. Ou melhor, suas ações face ao processo de reforma agrária foram pífias¹³. Para José Eli da Veiga, Collor foi tão “calamitoso” para a reforma agrária que se poderia retornar à década de 1960 (VEIGA, 1994, p. 298-299). De acordo com Carlos Alberto Feliciano, as propostas de reforma agrária no governo Collor foram “infames”, retrocedendo ainda mais a questão agrária no país. Neste governo, assim como nos anteriores, a proposta foi de apenas “minimizar os conflitos agrários onde as disputas pela terra eram mais acirradas e explosivas” (FELICIANO, 2006, p. 46-47). As instituições ligadas à reforma agrária foram desmanteladas e a administração pública do Governo Federal se tornou um caos.

Nas ações de Collor evidencia-se o seu descompromisso com a reforma agrária. São nomeados políticos conservadores em cargos estratégicos que trabalham em prol da reforma agrária, o que prejudicou as desapropriações de terras e o investimento nos assentamentos. Um exemplo relevante: o de Antônio Cabrera Mano Filho, nomeado por Collor para assumir o Ministério da Agricultura e da Reforma Agrária, em 3 de abril de 1990, permanecendo até o final de seu governo. Antônio Cabrera era grande proprietário rural, filho e neto de fazendeiros. Assim, a reforma agrária estava longe de ser visualizada com bons olhos pelo novo ministro da agricultura e da reforma agrária.

Outra ação de Collor foi a criação de uma Secretaria Nacional de Reforma Agrária, ficando o INCRA sem poder de iniciativa, apenas executando as diretrizes elaboradas por tal Secretaria. Em menos de um ano, Collor extinguiu essa Secretaria e o INCRA passou a ser novamente o único órgão a cuidar da reforma agrária no país, ficando, entretanto, diretamente subordinado ao ministro Antônio Cabrera. Uma outra ação de Collor: a extinção da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), a partir do Decreto n. 99.616. Essa empresa tinha função estratégica na prestação de serviços e assistência técnica aos pequenos produtores rurais nos diversos cantos do país. O governo Federal diminuiu, também, drasticamente sua participação financeira em programas de assistência técnica aos pequenos produtores. Esses fatores geraram uma crise sem precedentes a milhares de produtores, sobretudo, nas regiões mais pobres do país.

¹³ Conforme os dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em relação às desapropriações para fins de reforma agrária, o governo Collor, praticamente, nada fez. Em 1990, o INCRA não tinha realizado nenhuma desapropriação. Em 1991, tinha realizado 8 desapropriações. Ver: Comissão Pastoral da Terra (1991, p. 56).

Desse modo, a política de reforma agrária de Collor era subordinada aos ditames da política agrícola, voltada para as grandes propriedades. Segundo Claudinei Coletti, era uma política agrícola de “modernização” da agricultura, em que se configurava uma “forma dissimulada de postergá-la por tempo indefinido e, portanto, de não realizar política alguma de distribuição de terras no Brasil”. No plano da retórica, o ministro Cabrera salientava que a impossibilidade de fazer uma reforma agrária rápida dava-se em razão do contexto do governo Collor que fora obrigado a receber a “herança” do ex-presidente, José Sarney. Ele acusava a ineficiência da administração de Sarney e buscava associar as ocupações de terras à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e ao PT, com intenção clara de desmoralizar e desmobilizar os sem-terra. Nessa perspectiva, ignoravam-se os conflitos de terras no país. Também não havia desapropriação de terras em áreas que os sem-terra ocupavam ou organizavam seus acampamentos. Isto é, Collor e seu governo buscaram isolar os movimentos sociais de luta pela terra e “recusava-se a desapropriar terras exatamente nos lugares em que as desapropriações mostravam-se mais necessárias” (COLETTI, 2005, p. 183-184).

Nessa conjuntura, o que marcou o mandato do presidente Collor foram as ações de isolamento e repressão sobre os movimentos sociais do campo. O presidente tratou os movimentos sociais do campo como “questão de polícia”¹⁴. Com isso, constantemente, o MST utilizava o *Jornal Sem Terra* para denunciar as práticas repressivas do governo Collor. Na visão do Movimento, com Collor reeditava-se “a política de tratar as mobilizações dos trabalhadores como caso de polícia e não como uma questão social” (Continuar na ofensiva. *Jornal Sem Terra*, ano IX, n. 95, p. 2, jul./ago. 1990). A figura do presidente era representada semelhantemente a um “ditador”, que desrespeitava a lei, o congresso e a sociedade (Um ano de mentiras e crise. *Jornal Sem Terra*, ano X, n. 102, p. 2, abr.1991) para agir de forma repressiva. No interior do jornal havia sempre chamadas de matérias como: “Reforma Agrária vira caso de polícia”; “Repressão desenfreada” e “Repressão e impunidade”. Salienta-se que, a representação de “ditador” face a Collor estava, sobretudo, associada as práticas de violência contra os sem-terra e o não diálogo com os movimentos sociais. Entende-se que, por mais que Collor e seu Governo tinham práticas autoritárias, haviam algumas limitações em suas ações, a considerar pela própria existência de um Congresso Nacional, que em meados do seu mandato aprovou seu impedimento.

Sobretudo, a partir de 1991, em diversos estados, as Secretarias do MST foram alvo das ações da Polícia Federal, com apreensão de documentos e prisões preventivas de lideranças dos trabalhadores rurais. Muito mais que intimidar as lideranças, essas ações visaram desmobilizar as lutas do Movimento, bem como para criar imagens pejorativas do MST perante a sociedade, como se fosse uma organização ilegal e associada à violência. Desse modo, destaca-se que o Movimento estava envolto por uma “luta de e por representações” (CHARTIER, 1990, 2002). As ações e discursos de Collor e seu governo nas mídias buscavam

¹⁴ Para uma leitura aprofundada sobre essa questão, ver: Coletti (2005), Feliciano (2006) e Fernandes (2000).

incriminar e tornar ilegais as lutas do MST e, por sua vez, simultaneamente o Movimento forjava representações sobre o presidente e as ações de seu governo. Nesse jogo/luta, o *Jornal Sem Terra* se tornava um espaço significativo para as pretensões do MST. No editorial de julho de 1991, a Direção Nacional do Movimento denunciava a repressão da Polícia Federal contra as lideranças sem-terra:

Não bastasse a incompetência e má vontade política do governo Collor, agora temos um fato novo: a Polícia Federal está agindo em todo o país, perseguindo e prendendo lideranças da luta pela terra.

Estamos assistindo uma avalanche de repressão, que usa todos os seus meios, fazendo escuta telefônica, abrindo correspondência, vigiando os passos das lideranças, infiltrando agentes em acampamentos e assentamentos. Tudo para impedir o avanço do MST e a organização dos trabalhadores (Reforma Agrária vira caso de polícia. *Jornal Sem Terra*, ano X, n. 105, p. 2, jul. 1991).

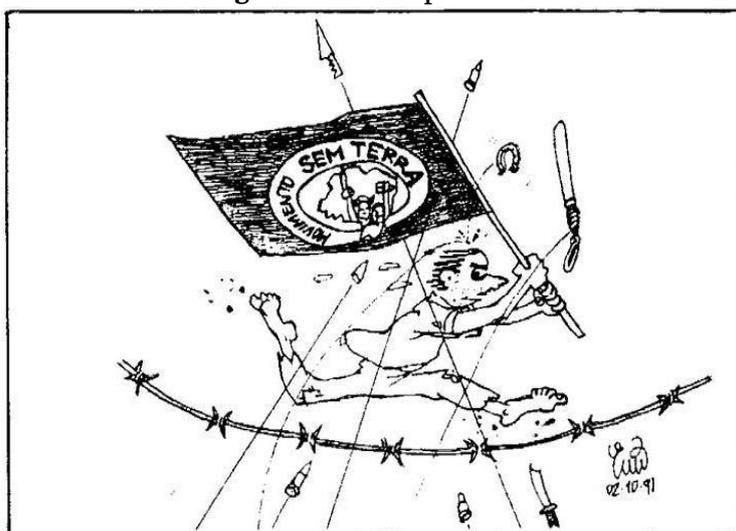
Em diversos editoriais do *Jornal Sem Terra*, entre os anos de 1991 e 1992, revelava-se a tensão face às perseguições sofridas por integrantes do MST nos estados. O Movimento entusiasmava seus integrantes, por meio de mensagens de ânimo e força, enfatizando que a “terra prometida” estaria por vir. Com Collor na presidência, “a hora era de dificuldades”, os integrantes da organização precisavam “redobrar os esforços” (Governo Incapaz. *Jornal Sem Terra*, ano X, n. 106, p. 2, ago. 1991). Sobre esse período, Bernardo Mançano Fernandes salienta: “correu uma escalada de repressão contra o Movimento, de modo que, considerando a palavra de ordem ocupar, resistir, produzir, o resistir foi mais intensificado”. As ocupações de terras “eram rechaçadas pela polícia, de modo que em 1990 diminuíram significativamente os números de ocupações e de famílias na luta pela terra” (FERNANDES, 2000, p. 200).

Na concepção de Êmerson Neves da Silva (2004, p. 68), os anos vividos pela organização do MST, com Collor na presidência, se caracterizam como “anos de fogo”, nos quais o Movimento teve muitas dificuldades para resistir. As próprias lideranças do MST consideraram esse período como o de maior dificuldade de sua organização. João Pedro Stedile, em entrevista¹⁵ a Bernardo Mançano Fernandes, ressalta que no governo Collor o

¹⁵ A transcrição dessa entrevista com João Pedro Stedile (realizada em fevereiro de 1998), dirigida por Bernardo Mançano Fernandes, foi transformada em livro. A essência da entrevista é recuperar alguns momentos relevantes no processo de formação do MST, bem como verificar o como este foi se consolidando até fins da década de 1990. Para além de uma bibliografia, esta entrevista também se configura como uma fonte. Neste sentido, é preciso pensar que a história contada por João Pedro Stedile é uma história autorizada pelo MST, na figura de um de seus principais dirigentes

MST passou por um “momento de crise” (FERNANDES; STEDILE, 2005, p. 54). Na edição de outubro e novembro de 1991, ao dar destaque às notícias do estado de Alagoas, chamando a atenção para as práticas de repressão e violência por parte das forças militares, o MST publicou uma charge bem elucidativa quanto ao tratamento dado por Collor à sua organização¹⁶.

Imagem 2 - Pressão permanente



Fonte: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, ano 10, n. 109, p. 4, out./nov. 1991.

Apesar de a imagem propiciar um tom de humor, ela também representa a tensão vivida pela organização do MST no início da década de 1990. A figura central é a de um trabalhador Sem Terra¹⁷ correndo, de pés descalços, com a bandeira do Movimento levantada por suas mãos, fugindo desesperadamente dos tiros (representados pelas balas de revólver) e das possíveis agressões. Na imagem, há também um cassete e uma algema, no lado direito, acima do trabalhador. Nessa corrida desesperada, o trabalhador tem outro obstáculo pela frente – uma cerca de arame farpado. Diante disso, ele salta por cima da cerca. Muito provavelmente, para fugir das forças repressoras, representadas pela polícia militar (balas de revólver, cassete e algema), após alguma manifestação pública do MST. É interessante observar que, apesar do “bombardeio” em sua direção, nada o atinge. A expressão do trabalhador revela seriedade e convicção em relação ao que está fazendo. Diante das

nacionais. Nas falas de Stedile, percebe-se que seu discurso é similar aos edificadas nos materiais produzidos pelo Movimento. Assim, o livro é uma referência interessante para se compreender o que o Movimento pensa e evoca sobre sua própria história; também as visões políticas, econômicas, sociais e culturais que sua organização construiu no transcorrer do tempo.

¹⁶ Apesar de a charge estar assinada, não foi possível reconhecer o nome completo do autor. O expediente do jornal não dá o crédito ao autor da imagem.

¹⁷ O “Sem Terra” com letra maiúscula e sem hífen diz respeito aos sujeitos que integram e pertencem à organização do MST.

adversidades, ele não deixa a bandeira do MST cair, pelo contrário, ela é mantida em uma posição de destaque, no centro da imagem.

Para além dos traços, a charge representa não só as perseguições e a repressão sofridas pelos integrantes do MST, mas também a necessidade de os sujeitos resistirem nas lutas. Outra questão a salientar sobre a charge é a “cerca de arame farpado” que o trabalhador está pulando. Além de evidenciar a tensão do momento vivida pelo trabalhador, a cerca tem uma simbologia representativa para os Sem Terra. Ela representa o latifúndio, a concentração da propriedade da terra. Nesse sentido, a forma capitalista de se apropriar da terra, ou seja, torná-la individual (de um só dono ou grupo), concentrada e especulativa. O ato de “pular a cerca” sugere uma ação de transgressão, rompimento, que pode expressar as concepções ideológicas do MST de “derrubar o capitalismo” e construir uma sociedade socialista, em que a terra seja um bem comum, de todos aqueles que desejam trabalhar e nela viver. Transgredir a cerca também representa a resistência e a desobediência aos *status quo*, no qual a concentração da propriedade da terra predomina.

Diante de uma conjuntura desfavorável, o MST voltou suas forças para sua organização interna, sobretudo, no desenvolvimento dos assentamentos. Uma das ações do MST foi articular a construção do Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA)¹⁸, “do qual surgiu, em maio de 1992, a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB), organizada a partir de sete cooperativas centrais estaduais e de cerca de 55 cooperativas de produção e de comercialização” (COLETTI, 2005, p. 187).

A CONCRAB representava politicamente os assentamentos ligados ao MST, bem como organizava a produção nesses espaços. Para o Movimento, articular e organizar internamente os assentamentos naquele momento se fazia necessário, não só pelo contexto, mas também para viabilizar a produção e mostrar à sociedade que os assentamentos eram alternativas eficazes na produção de alimentos; também uma alternativa social para melhorar a vida das pessoas e daqueles que se beneficiariam com os produtos dos assentamentos. O MST percebeu que só a terra não bastava, era imprescindível viabilizar outras políticas dentro dos assentamentos, visando ao êxito na produção e comercialização dos produtos, bem como na qualidade de vida dos assentados. As cooperativas eram estratégicas para conseguir recursos/créditos visando à melhoria técnica dos assentamentos e o aumento na produção.

No primeiro semestre de 1992, o MST e a sociedade brasileira foram surpreendidos com denúncias de corrupção e improbidade administrativa no governo Collor, sendo o presidente figura central. As denúncias mais emblemáticas foram feitas por seu próprio irmão, Pedro Collor, em entrevista concedida à *Revista Veja*. Na ocasião, o Movimento

¹⁸ O SCA é um setor do MST e tem na cooperação agrícola a perspectiva do desenvolvimento econômico dos assentados, garantindo a organicidade do Movimento.

divulgou as manifestações da mídia e apoiou políticos e sociedade civil que almejavam o impedimento do presidente.

No *Jornal Sem Terra*, a primeira edição que deu destaque às denúncias contra Collor foi a de maio/junho de 1992. O título do editorial era: “A podridão do Governo”. (*Jornal Sem Terra*, ano 11, n. 116, p. 2, maio/jun. 1992). Nesse editorial, dava-se ênfase às denúncias de Pedro Collor sobre o irmão. Todavia, o MST foi para além de Collor, afirmando também que a corrupção era algo que vinha de governos anteriores, em especial, dos governos militares e de Sarney. Assim, salientava: “No tempo do Sarney foi a mesma coisa!”. E no tempo dos militares? Pior ainda”. Adiante, chamava atenção dos trabalhadores: “É preciso conscientizar a classe trabalhadora, que em todos os governos da burguesia sempre houve e haverá corrupção, roubalheira e desvio de dinheiro público para seus interesses particulares. Pois a burguesia pega o estado nas mãos justamente para isso”.

A perspectiva do continuísmo face às representações sobre o presidente Collor era notória. Corrupção, roubalheira, favorecimento às elites, oportunismo eram atreladas à figura do presidente. Até àquele momento, todos os presidentes que passaram por Brasília (desde o Regime Militar) eram representantes das elites, sendo assim, corruptos e corruptores.

Após as denúncias contra Collor, o MST voltou o olhar para o processo de impedimento do presidente e utilizou as edições seguintes do seu jornal para apoiar o *impeachment*. Na edição de junho/julho de 1992, reforçava as denúncias: “É tanta sujeira, tanta lama, que não passa dois dias seguidos sem que os meios de comunicação apresentem novos fatos de roubos, desvios de dinheiro, ligações com o narcotráfico, envolvendo o presidente” (O capital vive do roubo. *Jornal Sem Terra*, ano XI, n. 117, p. 2, jun./jul. 1992). Em edições posteriores, havia notas no interior do periódico com a seguinte chamada: “Fora Collor”. O editorial da edição de setembro de 1992 trazia o título: “Fora Collor. Reforma Agrária Já” (*Jornal Sem Terra*, ano XI, n. 119, p. 2, set. 1992). Nele, o Movimento publicava mais denúncias de corrupção e improbidade administrativa do presidente, chamando a atenção de seus militantes para o fato de o impedimento de Collor ser inevitável – a sociedade não tinha mais dúvidas quanto ao envolvimento do presidente. O MST sugeria uma paralisação nacional de toda a sociedade para que Collor fosse impedido de atuar como presidente do Brasil.

Do ponto de vista político, após os escândalos e denúncias, Janine evidenciou que Collor se tornara um presidente “sem sustentação orgânica na classe cujos interesses representava, efetuava assim um *fuite en avant*, uma compensação de sua falta de apoio mediante gestos ensaiados e um imaginário reduzido”. A imagem do presidente mudara. Sua teatralização e heroísmo cessaram. Entrava em cena o “presidente sério”. “A mudança de rota parecia pôr fim àquela teatralidade planejada, em que a fala do presidente à nação passava pelas

camisetas de domingo e pelo destempero programado do porta-voz. Acabava o heroísmo. Estava-se, decididamente, na prosa” (RIBEIRO, 2004, p. 36-38).

Nessa perspectiva, Collor vivenciou dois tipos de publicidade. A primeira foi a que construiu sua imagem na eleição, uma publicidade favorável que o levou à vitória. A segunda foi menos indigesta, fatal. Iniciou-se quando seu irmão, Pedro Collor, veio a público e o denunciou. A mesma publicidade que o elegera presidente do Brasil, o auxiliou para que fosse impedido de continuar como presidente.

Sobre o *impeachment* de Collor, Senra analisa que as mídias tiveram um papel relevante nesse processo, tanto para “moldar” os acontecimentos que lhe deram origem, quanto para indicar como tais acontecimentos deveriam ser “percebidos” pela sociedade. Mas, enfatiza que as manifestações públicas foram decisivas nesse processo. Milhares de pessoas se reuniram nas ruas e praças públicas das principais cidades do país, “protestando contra a corrupção e pedindo o *impeachment* do presidente, numa reconquista do espaço público para a expressão política que pode ser contraposta, pelo menos de início, ao recuo da televisão da cena política” (SENRA, 2001, p. 55-56). Os denominados “cara-pintadas” entraram em cena e seus corpos se transformaram em signos de manifestação política.

Na edição de outubro de 1992, o MST destaca no editorial do jornal: “Outubro Histórico” (*Jornal Sem Terra*, ano XI, n. 120, p. 2, out. 1992). Para sua organização, o acontecimento foi marcante, no qual se teve “pela primeira vez no Brasil, um presidente derrubado pela força das massas na rua, em que os deputados por estrondosa maioria acataram o pedido de impedimento e afastaram o Collor”. O *impeachment* de Collor, ocorrido em 29 de setembro, foi comemorado pelo MST como uma vitória dos trabalhadores, dos jovens e da sociedade organizada que se mobilizou contra o presidente. É interessante que o MST se sentiu parte do “outubro histórico”, pois desde o início acompanhou as denúncias e apoiou o impedimento de Collor. Também, mais que se sentir “parte”, sua organização pôde “respirar” diante das investidas e repressão sofridas no governo Collor. O impedimento do presidente, para o MST, significava a perspectiva de um quadro político diferente, ou, no mínimo, menos repressivo.

No dia 29 de dezembro de 1992, Collor renunciou à presidência da República e os parlamentares, apesar da renúncia, votaram pela suspensão dos seus direitos políticos por oito anos. O curioso e ao mesmo tempo falacioso na política brasileira é que, após os oito anos de suspensão dos direitos políticos, Collor voltou à cena política. Os atos ilegais, a corrupção e a improbidade administrativa do presidente foram esquecidos e perdoados em oito anos. Em 2007, filiado ao Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB), Collor foi eleito senador de Alagoas. No primeiro dia como senador, migrou para o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e, assim, continua na política até os dias atuais. Em seu lugar na presidência, assumiu o vice-presidente, Itamar Augusto Cautiero Franco, conhecido nacionalmente como Itamar Franco.

Em todo artigo, evidencia-se que a relação MST e Collor foi tensa e conflituosa, até mesmo antes da vitória eleitoral do presidente. A partir das análises dos editoriais do *Jornal Sem Terra*, compreende-se que Collor fora representado como a extensão das elites na presidência da República. As representações do MST sobre Collor eram ancoradas em uma perspectiva “continuista”, como se Collor fosse a síntese da Ditadura Civil-Militar e das práticas políticas que vinham sendo desenvolvidas no governo anterior, do presidente José Sarney. Collor representava a corrupção, a roubalheira, o favorecimento às elites, o descaso com a reforma agrária e a violência contra os trabalhadores sem-terra.

Referências

- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23.
- BEZERRA, Antonio Alves. *O Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e seus Temas: 1981-2001*. 2011. 312 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- BORGES, Maria C. *De pobres da Terra ao Movimento Sem Terra: práticas e representações camponesas do Movimento Sem Terra no Pontal do Paranapanema – SP*. 2004. 391f. Tese (Doutorado em História) - Faculdades de Letras e Ciências Humanas. Universidade Estadual Paulista, Assis.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- BURKE, Peter. *Testemunha Ocular: história e imagens*. Bauru: Edusc, 2004.
- CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.
- CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. *O Bravo Matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de São Paulo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.
- CARTER, Miguel (Org.). *Combatendo a Desigualdade Social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

_____. *A Beira da Falésia: a história entre incertezas e inquietudes*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

CIAVATTA, Maria. *O mundo do trabalho em imagens: a fotografia como fonte histórica (Rio de Janeiro, 1900 - 1930)*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

COELHO, Fabiano. *Entre o bem e o mal: representações do MST sobre os presidentes FHC e Lula (1995-2010)*. 2014. 440 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2014.

COLETTI, Claudinei. *A Trajetória Política do MST: da crise da ditadura ao período neoliberal*. 2005. 297 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – UNICAMP, Campinas, 2005.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Conflitos no campo – Brasil*. Goiânia, 1991.

CORAZZA, Gilberto. *O MST e um Projeto Popular para o Brasil*. 2003. 207 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões/Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Santo Ângelo/RS.

COSTA, Tarcísio. *Os Anos Noventa: o acaso do político e a sacralização do mercado*. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Viagem Incompleta: a experiência brasileira*. São Paulo: Editora SENAC, 2000. p. 247-282.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 14. ed. São Paulo: Edusp, 2012.

FEIX, Plínio José. *O Espaço da Democracia no Projeto Político dos Dirigentes do MST*. 2010. 429 f. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, Campinas.

FELICIANO, Carlos Alberto. *Movimento Camponês Rebelde: a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *A Formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. *Gênese e Desenvolvimento do MST*. São Paulo: Editora Perez, 1998. (Caderno de Formação n° 30).

_____. *O MST e as Reformas Agrárias do Brasil*. OSAL: Observatorio Social de America Latina, Año 9, n. 24, p. 73-85, oct. 2008.

_____. *Formação e Territorialização do MST no Brasil*. In: CARTER, Miguel (Org.). *Combatendo a Desigualdade Social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 161-197.

_____. O MST mudando a questão agrária. In: D'INCAO, Maria Angela (Org.). *O Brasil Não é Mais Aquele... Mudanças sociais após a redemocratização*. São Paulo: Cortez Editora, 2001. p. 237-245.

FERNANDES, Bernardo M.; STEDILE, João P. *Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. 3ª Ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Arão (Org.). *Revolução e Democracia (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

HOLANDA, Francisco Uribam X. de. *Do liberalismo ao Neoliberalismo: o itinerário de uma cosmovisão impenitente*. 3. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

KOSSOY, Boris. *Fotografia & História*. 2ª Edição Revista. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários*. São Paulo: Editora Página Aberta Ltda, 1991.

LERRER, Débora F. *Trajelórias de Militantes Sulistas: nacionalização e modernidade do MST*. 2008. 197 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

LUCA, Tania Regina de. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.

_____. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla B. (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

MANGUEL, Alberto. *Lendo Imagens. Uma história de amor e ódio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MARTINS, Ana Luiza. Da fantasia à História: folheando páginas revisteiras. *História*. São Paulo, v. 22, n. 1, p. 59-79, 2003.

_____. *Revistas em Revista: imprensa e práticas culturais em tempos de República*. São Paulo (1890-1922). São Paulo: Edusp, 2001.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (Org.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. *Imprensa e Cidade*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

MARTINS, José de Souza. *A Política do Brasil: lúmpen e místico*. São Paulo: Contexto, 2011.

_____. A Questão Agrária Brasileira e o Papel do MST. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). *A Reforma Agrária e a Luta do MST*. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 11-76.

_____. Reforma Agrária: o impossível diálogo sobre a História possível. *Tempo Social*. Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 97-128, fev. 2000.

MAUAD, Ana M. Através da Imagem: Fotografia e História Interfaces. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 1, n.º. 2, p. 1-15, 1996.

PERLI, Fernando. *Sem Terra: de boletim a tabloide*. um estudo do Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Entre a solidariedade e a representação (1983–1987). 2002. 200 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2002.

_____. *A Luta Divulgada: um Movimento em (in) formação – estratégias, representações e política de comunicação do MST (1981-2001)*. 2007. 333 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual Paulista, UNESP, Assis.

PESAVENTO, Sandra J. *História & História Cultural*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

RIBEIRO, Renato Janine. A política como espetáculo. In: DAGNINO, Evelina (Org.). *Os Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 31-40.

SENRA, Stella. Mídia, Política e Intimidade: permutas entre a esfera pública e a imagem na era Collor. In: D'INCAO, Maria Angela (Org.). *O Brasil Não é Mais Aquele... Mudanças sociais após a redemocratização*. São Paulo: Cortez Editora, 2001. p. 41-60.

SILVA, Cristiani B. da. *Homens e Mulheres em Movimento - Relações de Gênero e Subjetividades no MST*. Florianópolis: Momento Atual, 2004.

SILVA, Émerson N. da. *Formação e Ideário do MST*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.

STEDILE, João Pedro (Org.). *A Reforma Agrária e a Luta do MST*. Petrópolis: Vozes, 1997.

VEIGA, José Eli da. Reforma Agrária Hoje. In: STEDILE, João Pedro (Org.). *A Questão Agrária Hoje*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994. p. 298-305.

WOITOWICZ, Karina Janz (Org.). *Recortes da Mídia Alternativa: histórias e memórias da comunicação no Brasil*. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2009.

Recebido em 27/03/2017

Aprovado em 26/06/2017